

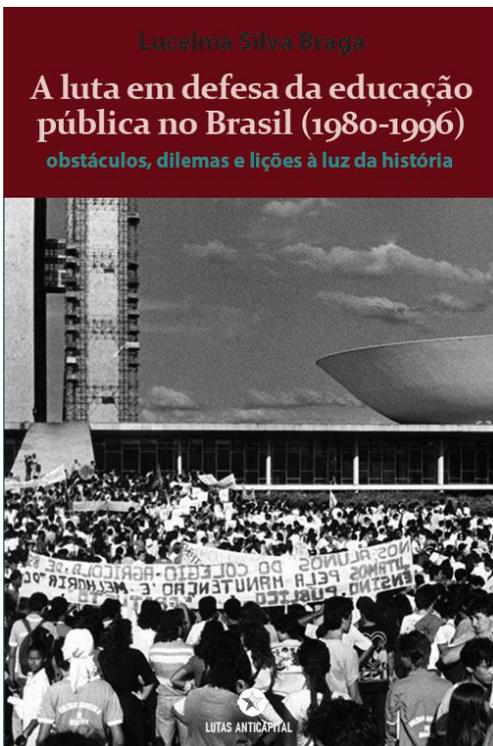
A luta em defesa da educação pública no Brasil (1980-1996): obstáculos, dilemas e lições à luz da história

LUCELMA SILVA BRAGA

Marília – SP: Lutas Anticapital, 2020. 369 p.

226

Camila Posso¹



O livro “A luta em defesa da Educação Pública no Brasil (1980-1996): obstáculos, dilemas e lições à luz da história” é produto da pesquisa de doutorado desenvolvida por Lucelma Silva Braga. A obra é dividida em três capítulos, nos quais se discute a luta educacional na particularidade do capitalismo brasileiro, a reorganização do campo educacional no refluxo da contrarrevolução e a atuação do movimento de luta em defesa da Educação Pública na Constituinte e no processo de promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

A autora fundamenta a análise do movimento de luta em defesa da Educação Pública a partir da formação social do Brasil, tendo como principal referência o pensamento de Florestan Fernandes. No livro é ressaltado que o desenvolvimento capitalista

¹ Doutoranda em Educação pela UNICAMP. | camilamposso@gmail.com



no Brasil resultou na atual condição de país dependente, o que fez com que a burguesia local estabelecesse um vínculo de parceria com burguesias capitalistas centrais; submetendo, portanto, a classe operária a uma dupla exploração. Dessa maneira, o capitalismo se desenvolveu com vistas a objetivos exteriores, extinguindo o possível caráter revolucionário da burguesia brasileira. Diante disso, a fim de manter a ordem necessária para a continuidade da dupla exploração, extinguiu-se, igualmente, a possibilidade de concretização de reformas burguesas clássicas; dentre elas, a universalização da escola pública. Dessa forma, Braga expõe o desenvolvimento da luta em defesa da Educação Pública apontando os limites impostos pela particularidade do capitalismo brasileiro.

A ditadura empresarial-militar implementada a partir do golpe de 1964, funcionou como um fator central para o desenvolvimento capitalista no Brasil, visto que seu principal objetivo foi assegurar o aprofundamento da exploração da classe trabalhadora, reprimindo violentamente todo movimento de oposição à ordem instituída. Dessa maneira, na obra em questão, o golpe empresarial militar é compreendido como uma contrarrevolução. O movimento de luta em defesa da Educação Pública surgiu a partir da reorganização do campo educacional que aconteceu durante o processo de redemocratização da sociedade brasileira. Assim, Braga o posiciona na conjuntura daquilo que Fernandes denominou como refluxo da contrarrevolução, movimento que surge do acúmulo de tensões em torno dos aspectos estruturais da sociedade brasileira.

A criação da Pós-Graduação, no ano de 1965, e o surgimento de entidades acadêmico-científicas no campo educacional também compuseram o refluxo da contrarrevolução. A expansão da Pós-Graduação e pesquisa, ainda que estivesse relacionada a implementar a lógica capitalista na universidade, fez aflorar, na área da Educação, o pensamento crítico comprometido com as demandas da população brasileira, contribuindo para a organização do movimento de luta em defesa da Educação Pública.

Nesse contexto, as entidades acadêmico-científicas se uniram a fim de organizar as Conferências Brasileiras de Educação (CBE), eventos destinados a reunir educadores de todo o Brasil em torno da discussão de políticas educacionais na redemocratização da sociedade. Braga compreende a organização das CBEs como um salto qualitativo na abrangência da luta educacional, visto que os eventos reuniram diversas entidades da área. A discussão sobre educação e Constituinte promovida na IV CBE, em 1986, culminou na criação do Fórum Nacional em Defesa da Educação Pública



(FNDEP), órgão que aglutinou entidades profissionais, sindicais e acadêmico-científicas para atuar na disputa por políticas educacionais. Ao abordar o surgimento do FNDEP, Braga ressalta a heterogeneidade das entidades que o compunham e, portanto, das propostas educacionais defendidas pelo Fórum, as quais abrangiam desde ideais liberais-republicanos até princípios socialistas para a educação.

A autora salienta que, dentro da heterogeneidade do movimento de educadores, as discussões que antecederam a atuação do Fórum na Assembleia Nacional Constituinte já apontavam para a necessidade de superar os limites que o Estado Autocrático impunha à luta educacional. É destacada a fala de Florestan Fernandes na abertura da II CBE, em 1982, segundo a qual era necessário estabelecer um novo ponto de partida, posicionando a luta educacional em uma ampla jornada anti sistêmica, que atendessem às necessidades históricas do país.

A mobilização do Fórum e a pressão popular em torno da Constituinte são apontadas como uma densidade democrática até então inédita; o que permitiu a concretização de conquistas essenciais para a Educação Pública, a despeito da correlação de forças favorável ao lobby privatista. Após a promulgação da Constituição Federal, em 1988, o FNDEP passou a abranger um número maior de entidades em seu interior, mantendo-se organizado para a discussão em torno da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Com o ingresso de novas entidades, a atuação do Fórum em torno da formulação da LDB foi marcada por uma heterogeneidade ainda mais aprofundada, o que não o impediu, todavia, de protagonizar uma importante atuação no processo de disputa política institucional. Apesar disso, a intensificação da dependência brasileira diante do capitalismo monopolista fez a correlação de forças pender ainda mais aos interesses privatistas, impossibilitando até mesmo conquistas de viés liberal-republicano. Ao discorrer sobre as derrotas sofridas com a promulgação da LDB, em 1996, Braga ressalta aquilo que denominou como realidade incontornável:

o que impediu o Estado autocrático de incorporar as demandas sociais por educação pública não foi a falta de organização, a ausência de proposições ou mesmo de pressão feita pelos educadores, mas o modo como o capitalismo se desenvolveu concretamente no Brasil, podendo dispensar a



universalização da escolaridade básica e a erradicação do analfabetismo (BRAGA, 2019, p. 374).

Apesar disso, as forças atuantes no Fórum se mantiveram ativas no cenário pós-LDB, organizando novas estratégias de luta para a defesa da Educação Pública na elaboração do Plano Nacional de Educação, com protagonismo de entidades sindicais. Neste momento, muitos educadores acreditavam na possibilidade de concretização das pautas consensuais defendidas pelo Fórum a partir da ascensão do projeto democrático-popular ao poder.

A efetiva vitória do projeto democrático-popular mudou o caráter da luta em defesa da Educação Pública, inaugurando, com a participação de educadores nas instâncias do Estado, uma estratégia plenamente institucionalizada. A adoção desta estratégia culminou na fragmentação do Fórum, dividindo os educadores entre aqueles que defendiam a atuação nas instâncias institucionais e aqueles que pretendiam manter a autonomia do movimento. Com o avanço do lobby privatista na educação, a defesa do caráter público e universal ficou ainda mais fragilizada, o que abriu espaço para retrocessos teórico-práticos significativos no movimento educacional.

Diante da trajetória do movimento de luta em defesa da Educação Pública, Braga compreende que, apesar de ser uma pauta de caráter liberal-republicano, no contexto brasileiro de capitalismo dependente, a universalização da escola pública somente será viabilizada a partir de um amplo movimento de classe, que tenha por objetivo superar os limites do Estado Autocrático Burguês, e não apenas pressioná-lo como viabilizador das demandas populares. Assim, a autora reafirma a necessidade de centrar a luta pela Educação Pública em um confronto direto com o Capital, retomando, em Fernandes, a ideia do novo ponto de partida, por meio do qual seja possível sobrepujar a fragmentação das lutas educacionais, unificando a classe trabalhadora na superação dos fundamentos estruturais da formação social brasileira.

Referências

BRAGA, Lucelma Silva. **A luta em defesa da Educação Pública no Brasil (1980-1996): obstáculos, dilemas e lições à luz da história.** Campinas, UNICAMP, 2019.

Recebido em 12 abr. 2022 | aceite em 11 mai. 2022

